## Taxação provoca protestos

O imposto sobre grandes fortunas, previsto para ser votado até o final do ano, tributa a taxa de 1% para descontar de proprietários de bens no valor superior a Cr\$ 200 milhões. A partir disto, os tributos têm critérios proporcionais, de acordo com as várias emendas apresentadas ao projeto do senador Fernando Henrique Cardoso. Antes do parecer, a matéria já tem protestos.

Como patrimônio do contribuinte são considerados, pela proposta, imóveis, investimentos na infra-estrutura e até objetos de antigüidade, arte ou coleção. O imposto deverá ser lançado com base na declaração do contribuinte, na forma da lei, sendo que o mesmo poderá deduzir o imposto de renda

e respectivo adicional cobrado pelos estados em que tiver incidido os rendimentos de aplicação financeira, áluguéis e ganhos de capital.

"A aplicação de um imposto sobre o estoque de riqueza pessoal se justifica especialmente em grave crise social e econômica, criando condições para um desenvolvimento equilibrado", explica o deputado Aloízio Mercadante, autor de uma das várias emendas apresentadas ao projeto. Já o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) é radicalmente contra: "Quem conhece direito comparado e legislação tributária, sabe que este tipo de imposto é irregular e em muitos países, está sendo substituído por um imposto de renda progressivo". (S.B.)